



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS III CENTRO DE
HUMANIDADES DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA CURSO DE LICENCIATURA
PLENA EM HISTÓRIA**

THALITA KADIJA DE OLIVEIRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS A PARTIR DOS
DOCUMENTOS DO NDH.**

**GUARABIRA-PB
2024**

THALITA KADIJA DE OLIVEIRA

O ENSINO DE HISTÓRIA E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS A PARTIR DOS DOCUMENTOS DO NDH.

Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Área: Ensino de História

ORIENTADORA: DRA. LUCIANA CALISSI

GUARABIRA-PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48e Oliveira, Thalita Kadija de.
O ensino de história e possibilidades metodológicas a partir dos documentos do NDH [manuscrito] / Thalita Kadija de Oliveira. - 2024.
34 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Luciana Calissi, Departamento de História - CH. "

1. Autos Findus. 2. Fonte Histórica . 3. Ensino de História.
I. Título

21. ed. CDD 372.89

THALITA KADIJA DE OLIVEIRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS A
PARTIR DOS DOCUMENTOS DO NDH.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em História.

Área de concentração: História, Ensino e Currículo

Aprovado em: 20/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



LUCIANA CALISSI

Data: 21/06/2024 15:08:49-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª Luciana Calissi (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



MARIANGELA DE VASCONCELOS NUNES

Data: 25/06/2024 15:01:52-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Mariangela Vasconcelos
Nunes
Universidade Estadual da Paraíba

Documento assinado digitalmente



JOAO BATISTA GONCALVES BUENO

Data: 25/06/2024 11:04:40-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. João Batista Gonçalves
Bueno Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço esse trabalho em primeiro lugar a minha versão adolescente de 16 anos, que teve que abrir mão da sua essência para agradar a todos e negar sua inteligência e determinação, em segundo lugar agradeço a minha versão adulta que escolheu a vida invés de se entregar a doença e a morte, em terceiro lugar agradeço a Lucas Dinamerico, que me mostrou o quanto sou capaz de fazer tudo o que eu imagino, e me fez enxergar a princesa que existe em mim.

Agradeço eternamente aos meus pais, meu irmão e minhas irmãs, que me apoiaram em todos os momentos, e estudaram juntos comigo muitas vezes durante esses quatro anos, agradeço aos professores que foram essenciais para minha formação, agradeço aos meus amigos em especial Mércio Brasil, Jhonatan Kleber, Ana Karla, Joalison e Jaqueline, por serem presentes na minha vida e me ajudarem nas dificuldades.

Por fim agradeço A nossa Senhora das Graças por sempre levar minhas preces até Deus e me sustentar todos os dias.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre uma experiência de ensino de História vivida a partir de um Projeto de Extensão desenvolvido com autos *findus* da Justiça do Trabalho do TRT 13 – Guarabira. Esses documentos estão no Núcleo de Documentação Histórica (NDH – CH – UEPB), e foram utilizados como fontes para o ensino de História, em turmas do 3º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Deputado Djalma Eranha Marinho- Passe Fica-RN, visando uma formação crítica do aluno. Os objetivos desse relato são, além de apresentar as atividades desenvolvidas com suas propostas e desafios, levantar questionamentos importantes para a análise do próprio Projeto e seus resultados.

Palavras-chaves: Ensino de História; Autos Findus; Fonte Histórica.

SUMMARY

This article will address the teaching of history through the labor process as a document source and the practice carried out in the Extension of the Historical Documentation Center (NDH), in the two classes of the 3rd year of secondary education at the Deputado Djalma Eranha Marinho State School – Passe Fica – RN. The processes as teaching documentation work on the student's critical formation and awakening to labor laws, politics and human rights, using the memories of third parties as examples for the present.

Keywords: Process. Teaching. History. Work. Documentation.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS: Planos de aulas e registros da extensão.....	31
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2.O ENSINO DE HISTÓRIA E OS PROCESSOS TRABALHISTAS COMO FONTES: CAMINHOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	14
3.ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO PARA AS AULAS DO ENSINO MÉDIO: IDAS E VINDAS; DESAFIOS E ENCAMINHAMENTOS.....	18
3.1 RELATOS DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS: TEORIA E PRÁTICA.....	21
4. ALGUNS RESULTADOS.....	25
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) -Centro de Humanidades - Guarabira-PB, foi no 4º período da licenciatura em História, em 2022, a partir de uma visita a esse Núcleo, acompanhada da minha turma e com apresentação da professora responsável pela disciplina de Prática de Ensino em História-II. Durante a explicação de como ali eram feitos os trabalhos, despertou-me uma certa curiosidade e um sentimento de querer ser lembrada por algo durante a graduação.

O NDH, foi criado em 2013 a partir do convênio entre o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-13), e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em que, O TRT doou 60.000 mil processos da Vara de Guarabira e região para a universidade – documentos que seriam queimados pelo TRT-13 por conta da ocupação de espaço -, e essa assumiu a responsabilidade pela guarda, preservação e disponibilização pública dos documentos. Mas, por causa da estrutura física precária da instituição universitária, só foi possível receber 25.000 processos que são correspondentes aos anos de 1987-2003. Os autos-findos são processos finalizados sem valor jurídico, mas às vezes alguns trabalhadores procuram por eles para comprovar tempo de serviço para aposentadoria.

Aos poucos e conforme as ações de pesquisas, ensino e Extensão foram sendo desenvolvidas pelo Núcleo; ações predominantes do curso de história - aberto também os demais cursos -, muitas coisas foram realizadas. Todas as conquistas relacionadas ao NDH, foram através dos esforços dos professores do curso de história, e de monitores bolsistas e voluntários. Assim, está-se construindo coletivamente, a organização dos acervos e todas as atividades relacionadas e ele.

As ações realizadas no Núcleo são várias: Oficinas de higienizações; digitalização do acervo em parceria com o curso de Arquivologia da UEPB e de arquivista do campus III; cursos de Extensão, onde são desenvolvidos estudos através dos documentos do NDH para a prática do ensino de história no Ensino Fundamental-II e Ensino Médio; Grupo de Pesquisa vinculado ao CNPq - “Trabalho, Cultura e Poder” - e grupo de estudos a partir dos processos ali disponíveis, e também sobre História do Trabalho ou História Social do Trabalho. Desenvolvem-se pesquisas individuais e coletivas, cujos primeiros desdobramentos já se deram a partir de 2013 com várias publicações, além de TCCs, Projetos/trabalhos de mestrado e doutorado, além de livros.

Assim, nessa apresentação do espaço do NDH, aprendemos que ali portanto, se guarda, preserva e organiza um conjunto documental composto por 25.000 processos trabalhistas do TRT 13 – autos findus da região de Guarabira, Patos e Areia. Esses documentos estão sendo, ao longo do tempo, higienizados, reorganizados e disponibilizados para que se tenha acesso às informações referentes a esses processos que dizem respeito às pessoas trabalhadoras dessa região. É importante para a nossa instituição e para a comunidade, na medida em que nele se desenvolve pesquisa, projetos de Extensão principalmente nas escolas públicas da região.

Algumas semanas depois da visita, participei da oficina para aprender como é realizada a higienização dos processos, e como iniciar sua organização. Com isso, acabei me apaixonando pela atividade com esses documentos, pois através dela, fiz leituras de histórias de vidas que estavam guardadas em caixas. Ter o contato com diversos processos trabalhistas, me mostrou que era importante participar do Núcleo, pois ali aprenderia muita coisa sobre a relação entre histórias de vida e a História escrita.

Na oficina foi mostrado como se faz a limpeza e a organização do documento depois de limpos. No primeiro momento os monitores informaram que a sala de pesquisa seria o local para guardar os nossos pertences e vestir as roupas descartáveis, em seguida vestimos o jaleco, touca, máscara, e luvas, os IPIs. Todos esses itens eram descartáveis, menos os óculos de proteção transparente.

Em seguida, fomos para a sala de higienização onde fomos alertados para não tirar fotos dos documentos e caso precisasse de um documento para fazer alguma pesquisa, não falar ou mencionar os nomes do reclamante e/ou reclamada. Fomos orientados a abrir as janelas, ligar o ventilador, escolher um pincel, verificar a numeração da caixa a ser montada com os processos higienizados, antes de iniciar a limpeza de cada folha dos autos, para em seguida, organizar a ordem de todo o processo e colocar na caixa limpa que vai para a sala de pesquisa.

Depois disso tudo, devíamos fechar todas as janelas, desligar o ventilador, deixar a sala de higienização organizada para os próximos voluntários. A seguir, jogar quase todos os IPIs no lixo apropriado e lavar as mãos, rosto e tudo o que estiver exposto, e limpar com álcool os óculos e guardar no armário. Por fim, verificar toda a sala de pesquisa, desligar o ar-condicionado e trancar as portas com as chaves, e guardá-las na direção do Campus.

Achei importante relatar esses detalhes aqui, para que as pessoas tenham uma ideia da rotina necessária para iniciarmos as etapas de todo o processo, até chegar na sala de pesquisa para que os autos possam ser disponibilizados e utilizados, no nosso caso, como fontes históricas para o ensino de História.

Conforme ia realizando a limpeza dos documentos, lia algumas páginas, e durante essas pequenas leituras percebi a importância dos processos como fontes de estudos sobre política, leis, direitos humanos, sociedade e memória. Foi a partir desse contato com o conjunto documental e do projeto de Extensão que participei no Núcleo, que meu interesse se tornou maior.

Fui convidada/instigada a participar do Projeto de Extensão denominado, “A Interdisciplinaridade das Ciências Humanas no Ensino Médio: as possibilidades de uso do acervo do NDH-UEPB para o desenvolvimento dos Itinerários Formativos - BNCC do EM”, que seria desenvolvido em escolas da Educação Básica, que tinha como fontes os documentos trabalhistas do NDH. A proposta desse projeto foi construir junto com professores(as) de História do Ensino Médio, atividades didáticas alternativas e interdisciplinares a partir dos documentos do NDH – CH como fontes/instrumentos metodológicos nas escolas públicas da região onde o Campus está inserido. Nesse caso especificamente, o trabalho foi elaborado junto com o professor regente da Escola Estadual do Ensino Médio Deputado Djalma Eranha Marinho na cidade de Passe-Fica-RN. Ele, o professor dessa escola, tinha a intenção de trabalhar os direitos trabalhistas da Era Vargas e da atualidade, como será relatado a seguir.

A partir desse projeto de Extensão das leituras realizadas, foi possível escrever o trabalho que aqui se apresenta. A proposta é apresentar o processo de elaboração e desenvolvimento das atividades extensionistas, apresentando seus resultados de forma crítica, e que colabore para a reflexão sobre o próprio Projeto. Questões que se apresentam são: esse projeto contribuiu com a escola onde se desenvolveu? Foi importante para a aproximação entre Universidade e comunidade escolar? Foi desenvolvido de forma satisfatória? Quais os desafios e conquistas?

As obras teóricas aqui utilizadas são relacionadas com história, arquivo, fonte, direitos humanos, memória e práticas de ensino, a partir dos processos trabalhistas do TRT 13 PB. Entre os livros, o que mais me cativou foi o “O sabor do Arquivo” de Arlette Farge. Foi uma leitura prazerosa, onde tive como lição de vida enxergar com outros olhos pessoas que não têm holofotes ou nomes em destaque dentro da sociedade; as pessoas comuns. “Arquivo e Memória: Uma relação indissociável” de Derlene Santos Barros e Dulce Amélia, discute a importância da memória e do arquivo como identidade histórica pessoal e coletiva.

No que se refere às oficinas, um texto importante, foi o texto “Oficinas: aprendendo e Ensinando Direitos Humanos – Educação em Direitos Humanos, uma Proposta de Trabalho” de Vera Maria Candau. A obra aborda o ensino sobre os direitos humanos e a cultura do apadrinhamento no trabalho que é presente no Brasil e em toda América Latina. Além

disso, apresenta uma proposta de oficina a partir do tema proposto, em que podemos pensar essa metodologia para o projeto que propusemos para a escola. Outro texto nesse sentido, foi “O Sabor de mão em mão: A oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e construção do conhecimento na escola pública”, de Filomena Ma.G.S. Carreiro e Fernando Cézar B. Andrade. Os autores abordam os ensinamentos pedagógicos de Paulo Freire na formação de docentes, entre a aproximação do aluno com o professor e as diversas formas de ensinamentos que podem ser desenvolvidas na sala de aula, debatendo direitos humanos, gênero e a influência dos jogos virtuais na ética e comportamento social dos alunos.

Em um dos capítulos do livro “Ensino de História: Fundamentos e Métodos” de Circe Maria Fernandes Bittencourt, a autora aborda as fontes para ensino em história, indicando revistas, jornais e fontes documentais como documentos para o ensino que podem oferecer conhecimentos usados além da sala de aula. Nesse capítulo, destacam-se suas orientações para o trabalho com fontes documentais oficiais/arquivísticas, que foram importantes para o desenvolvimento desse trabalho.

A construção e efetivação do Projeto de Extensão, foi desenvolvido em uma escola pública de Passe Fica (RN), em salas de aulas do Ensino Médio, sob a supervisão do professor regente, ex-aluno de nosso curso, e interessado no que acontece na Universidade até hoje. Nosso contato se deu a partir do interesse do próprio professor que já tinha notícias das atividades desenvolvidas pela professora coordenadora do NDH, e a buscou com o objetivo de participar das atividades. Estabelecemos momentos importantes para nosso aprendizado.

Nesse trabalho, além dessa Introdução, apresento na primeira parte, dialogando com os principais textos estudados, minha compreensão sobre a importância do processo trabalhista como fonte para o ensino de história, e a escolha de uma metodologia para desenvolver as ações extensionistas. No tópico seguinte apresento o processo da elaboração do planejamento da aula-oficina definida, e um relato sintético de seu desenvolvimento, indicando já alguns desafios. Em seguida, uma análise sobre resultados identificados, e por fim, algumas considerações consideradas importantes para a reflexão dessa trajetória.

2 O ENSINO DE HISTÓRIA E OS PROCESSOS TRABALHISTAS COMO FONTES: CAMINHOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS.

O Ensino de História ao passar dos anos vem desenvolvendo novas práticas utilizando fontes alternativas como cordel, jornais, documentários, revistas, museus e, no nosso caso,

processos jurídicos. Esses documentos como fontes históricas estimulam o aprendizado do aluno e podem despertar o lado crítico e observador do próprio. O uso dessas fontes como documentos ajuda a compreender melhor o passado e a levantar questões do presente. Em seu texto, “Usos Didáticos de Documentos”, Circe Bittencourt, debate a importância de preservar o conhecimento histórico para entender melhor as questões do presente.

O uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade.” (BITTENCOURT. 2008, p.333)

Através de um processo do TRT, por exemplo, como documento ou fonte para o ensino de história, é possível aprender e ensinar sobre história/s, sociedades/historicidades, memória social e sua importância para a compreensão da política, da história do trabalho, de direitos; trabalhistas, sociais, humanos e ambientais. Essas possibilidades, muitas vezes, trazem perspectivas diferenciadas para o ensino. E, mesmo com o avanço da sociedade em pleno século XXI, ensinar sobre alguns assuntos é um grande desafio para os educadores.

O medo de debater certos temas na sala de aula que não estejam presentes no currículo do sistema educacional do Ensino Básico, ou a forma como esses temas são tratados/estudados, e que leva o aluno a questionar posicionamentos políticos e culturais, está presente em instituições escolares. Esse medo se justifica, muitas vezes, pela possibilidade do professor, que proponha uma coisa muito diferente, seja demitido, por exemplo. Mas o educador pode introduzir todos os tipos de assuntos, apesar do autoritarismo enraizado. Esse temor/ameaça infelizmente é presente no mercado de trabalho na atualidade, mas não se deve continuar preso a este medo, é necessário a busca constante de direitos de liberdade de ensinar, pois a educação é o único meio possível de mudar a construção de uma sociedade, como Vera Maria Candau, traz em seu texto Educação em Direitos Humanos: Uma Proposta de Trabalho:

A cultura brasileira e de toda América Latina está profundamente marcada pelo autoritarismo e a lógica do apadrinhamento e do privilégio. Criar condições que permitam afetar as mentalidades e favorecer processos que promovam o desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos é para nós um grande desafio. Sem dúvidas, a educação é um elemento importante para a construção

de sujeitos que internalizem e expressem essa cultura em comportamentos e ações cotidianas. (CANDAUI. 1999, p.8).

O trabalho com processos trabalhistas de pessoas da região onde estamos inseridos, junto a professores e alunos da rede pública de ensino pode possibilitar ou contribuir com uma cultura de direitos. Assim, a partir do processo trabalhista do Núcleo de Documentação Histórica-NDH, processos do TRT13 da Paraíba, foi desenvolvido o Projeto de Extensão com voluntários do Núcleo: alunos da licenciatura plena em história da instituição de ensino UEPB Campus-III, para desenvolver com professores do ensino básico aulas de história com o processo trabalhista como fonte histórica. Um dos objetivos era exatamente provocar reflexões sobre/da classe trabalhadora/estudante sobre suas condições históricas de trabalho e sobre suas lutas e direitos.

Iniciamos nossos trabalhos, como já dito, a partir de leituras e da pesquisa no acervo do Núcleo. Após as reuniões realizadas com a professora responsável pela Extensão, nós os extensionistas, um grupo de cinco alunos (as), iniciamos as leituras dos processos nas caixas que já estavam higienizadas e, de acordo com nossas buscas, eu escolhi e separei três processos do ano de 1987: um sobre uma costureira contratada, que processava a indústria por ser demitida por injusta causa; A empresa de confecções de roupas que a costureira trabalhava, tinha hábito de demitir funcionários em menos de um mês após ter assinado a carteira, para a empresa pagar os direitos trabalhistas saía como perda de dinheiro. Os outros dois processos eram de agricultores que denunciavam a informalidade nas relações trabalhistas e a exploração dos seus padrões na fazenda.

Após ler os processos atenciosamente escolhi o processo trabalhista da costureira, por se tratar de uma mulher reivindicando seus direitos nos anos 80.

Sabemos que as leis trabalhistas andam “como um caracol”, lento e com perspectiva de resolução não imediata e, principalmente para as mulheres, o direito ao direito, ainda hoje, é mais difícil, então imagino o desafio dessa mulher costureira ao reivindicar seus direitos.

A partir disso, pensei possibilidades de atividades/oficinas em escolas do Ensino Básico. A ideia seria uma aula-oficina em que se propõe colocar o aluno como agente de sua própria aprendizagem, valorizando seu conhecimento ou ideias prévias e as suas experiências para o processo de construção do conhecimento histórico numa relação construída entre ensino e pesquisa. (BARCA, 2006). A elaboração de um plano de atividades, deveria levar em conta uma

dinâmica dialógica com os alunos das escolas, e a metodologia da oficina, nos pareceu interessante. Maria Vera

Candau em “Educação em Direitos Humanos: Uma Proposta de Trabalho”, destaca a importância das oficinas como a construção de um ensino coletivo na educação.

As oficinas são espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sócio drama, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, a realização de vídeo- debates, o trabalho com diferentes expressões da cultura popular etc., são elementos presentes na dinâmica das oficinas. (CANDAUI.1999, p.11)

A Oficina permite que o professor e o aluno tenham debates mais dinâmicos na sala de aula, criando um espaço acolhedor e seguro no sentido de ajudar aos alunos a participação, a sua ação em aula. “O saber de mão em mão: a oficina pedagógica como dispositivo para formação docente construção de conhecimento na escola Pública”, de Filomena Cordeiro Moita e Fernando César Andrade, debate a aproximação do aluno com o professor, recordando sempre da pauta de Paulo Freire que “professora sim, tia não”. Nesse sentido, a autora e o autor, reafirmam a ideia de Candau no sentido de abrir para que o aluno se coloque, apresente o seu conhecimento e possa construir novos. Essa dinâmica, segundo os autores, é possibilitada pela empatia, pela ideia de fraternidade respeitosa. Essas leituras contribuíram para que eu propusesse esse tipo de dinâmica como metodologia didática para ser construída através do Projeto de Extensão a ser desenvolvido nas escolas.

Outra etapa seria a apresentação do nosso projeto em escolas públicas para que profissionais aderissem à nossa proposta de ação extensionista. Porém, como já colocado, o professor que aceitou a participar de nossa Extensão, como já conhecia o trabalho da coordenadora, quando soube do projeto, entrou em contato com a professora responsável pelo Núcleo, se propondo a participar de nossas ações. Ele tinha interesse de contribuir com o projeto, desenvolvendo as atividades nas suas duas turmas do 3º ano do Ensino Médio, na escola onde leciona a disciplina de história. Por ele já ter sido aluno da instituição na graduação da licenciatura plena em história, e da própria professora, despertou um interesse por voltar a instituição e contribuir com o avanço do curso.

Entrei em contato com o professor e nos apresentamos, quando expliquei como seria a Extensão dentro da sala: iríamos trabalhar juntos desde os planos de atividades, a partir das pesquisas já realizadas no NDH, até o desenvolvimento nas salas de aula do professor, porém a

extensionista deveria ter o papel predominante de apoio às atividades em sala, e o professor o protagonista. Como dito antes, o plano de atividades estava sendo pensado a partir do processo trabalhista da costureira, e trazia como objetivos gerais a discussão de gênero no trabalho, a importância do jornal como fontes de pesquisas, as condições de trabalho; mudanças e o que permaneceu dos anos 80 até os anos 2000. Concluindo com a importância de conhecer os direitos dos cidadãos nas leis da Constituição Federal Brasileira e da Carteira de Trabalho.

Após esse primeiro contato, ele me passou os conteúdos/temas que gostaria de desenvolver de acordo com o currículo prescrito: Era Vargas, com foco na prova do Enem, pois essa preocupação é comum no Ensino Médio. Entendi que a discussão central seria sobre autoritarismo ou ditaduras políticas. Depois de ter conhecimento do que o professor da escola tinha como proposta de temas a serem trabalhados, e de ter lido os livros como base para produção dos planos de aulas, retornei às leituras que realizei durante minha prova de monitoria em Prática do Ensino em História II e nos Estágios Supervisionados em História I e II. “O sabor do Arquivo” de Arlette Farge, muitas vezes questiona que é preciso ter cuidado para não deixar ser levado de primeira impressão, não deixar que o afeto e os sentimentos tomem conta da análise da leitura. Rer ler esse livro no momento de produção da extensão/oficina me fez questionar melhor sobre as leis do trabalho durante a Era Vargas.

Eu percebi que minha primeira impressão sobre o presidente Getúlio Vargas, estava equivocada; portanto tive interesse particular pela Era Vargas pelo fato de ter a oportunidade de conhecer outros aspectos sobre esse período, pois tinha apenas o conhecimento relacionado mais às questões econômicas e políticas gerais do país; as releituras me fizeram enxergar as pessoas que fazem a história que não são muito mencionadas como protagonistas em muitos trabalhos de pesquisas, e mesmo em livros didáticos. Relendo com atenção como de fato funcionava o trabalho dos operários e dos educadores, entendi que é necessário ler e pesquisar sobre todos envolvidos da história, principalmente aqueles que não são tão lembrados.

Esse estudo foi importante para embasar a proposta a ser enviada para o professor regente mesmo que, como será relatado, ele tenha escolhido posteriormente outros autos findus, de um agricultor.

3 Etapas para a Elaboração da proposta de trabalho para as aulas do Ensino Médio: idas e vindas; desafios e encaminhamentos

Todos (a) extensionistas depois de terem entrado em contato com os professores regentes, tiveram uma reunião com a professora responsável pelo projeto; nesta reunião apresentei o “esqueleto” dos planos de atividades que tinha elaborado. As leis trabalhistas da Era Vargas, dos anos 80 e da atualidade foi assunto principal trabalhado durante o desenvolvimento da proposta para o Projeto de Extensão, visando as pessoas comuns, trabalhadores e seus direitos, em seu cotidiano, no passado e no presente. Iniciei o plano de atividades a ser proposto para a professora partir da apresentação de leis ou costumes sobre as relações trabalhistas nos anos 80 – contexto dos processos trabalhistas escolhidos para serem utilizados, com o foco em como eram realizadas, por exemplo, as demissões de emprego antes das Leis constitucionais de 1988 entrar em vigor no Brasil. As demissões aconteciam através de anúncios nos jornais, e geralmente aconteciam depois de pouco tempo de as pessoas terem a carteira de trabalho assinada, por exemplo.

Durante a reunião fomos corrigindo o que era considerado falho, como a contextualização de momentos políticos, por exemplo, e de qual linguagem poderia ser abordada contando do que se tratava o processo. No final das correções/elaborações, revi o plano, e no dia seguinte mandei mensagem através do WhatsApp para o professor regente, para marcarmos um dia para ele visitar o núcleo e concluirmos o plano de ações extensionistas e os dias dos desenvolvimentos das atividades em sala de aula.

No dia 04/09/2023, foi o primeiro encontro presencial com o professor regente, no NDH. Nos encontramos na UEPB-CAMPUS-III Guarabira-PB, pois o professor fez questão de conhecer o acervo. Na época em que foi aluno do curso, o NDH ainda não existia. Neste encontro foram apresentados o Núcleo e o trabalho de higienização feito com os processos; logo em seguida fizemos uma pequena reunião mostrando o plano pensado para uma oficina, que, de acordo com a proposta, se iniciaria a partir da apresentação de uma charge com o assunto referente ao conteúdo do processo escolhido, o da costureira que tinha sido demitida. Porém, o processo escolhido não contemplava o interesse do professor regente. Seu interesse era voltado para trabalhadores rurais. Assim, indagou se havia no NDH, algum processo ligado ao trabalho no campo, já que a cidade de Passe-Fica, onde seria desenvolvida a extensão, é uma cidade rural, não tem indústria de confecção de roupas, e ficaria distante da realidade dos alunos.

Propus então, um dos outros dois processos escolhidos; o de um agricultor que reivindicou seus direitos a seu patrão na fazenda Agican - Agroindústria Dorcamaratuba em Rio Tinto -PB, do ano de 1987. Aí então, o professor se interessou. Essa passagem, ou esse momento, é importante para percebermos que tanto eu como o professor, pensávamos em um

ensino significativo para os alunos, que se construísse, de forma até freiriana, a partir de sua realidade. Nesse aspecto, a leitura do texto, “O saber de mão em mão”, contribuiu para essa perspectiva de uma oficina dialógica.

É importante destacar que o professor regente é natural da cidade de Passes-RN, divisa com PB e que conhece as realidades dos dois estados. Graduado na licenciatura plena em história pela UEPB-CAMPUS-III Guarabira-PB, onde inclusive fez estágio, e atualmente graduando em Direito na Faculdade ESAP. Além de sua vida acadêmica atua também como vereador na própria cidade. Leciona a disciplina de História no 1º 2º e 3º anos do Ensino Médio, na Escola Estadual Deputado Djalma Eranha Marinho- Passes Fica-RN. Ele contou de sua experiência e em seguida apresentei a ideia de oficina/aula como graduandos.

Vale também destacar que entre os anos de 2022 e 2024, a escola tem passado por uma adaptação de ensino, os 1º e 2º anos são turmas integrais e os 3º anos são turmas de horários convencionais. As turmas escolhidas pelo professor foram as duas turmas de 3º ano, onde a turma da manhã era composta por 38 alunos (a), e a tarde com 35 alunos (a). A faixa etária era entre 16 e 18 anos. Cada aula tinha 45 minutos, e conseguimos apenas desenvolver essa extensão em dois dias, 4 aulas em cada turma, finalizando com 8 aulas por período. Na verdade, foi pouco tempo, mas procuramos otimizar o máximo possível com nossa proposta nas condições dadas. Conversamos então, sobre as possibilidades de trabalhar com este processo selecionado, relacionando o passado com o presente e a transformação histórica do trabalho agrícola. A partir daí, nos comunicamos para montar o novo plano de ação extensionista (em anexo).

Realizei o novo plano de oficina com o processo trabalhista de um trabalhador do campo que solicitava ao seu patrão dono da agroindústria, seus direitos para a aposentadoria, levando em consideração todos os dias santificados e finais de semanas que foram prestados serviço na fazenda, mas nunca havia recebido o valor correspondente pelos trabalhos extras. Um dos objetivos desse plano de aula era perceber os trabalhos irregulares que acontecem ao nosso redor e a importância de ir atrás dos nossos direitos como cidadãos, identificando mudanças e continuidades na história do trabalho, tendo como recorte, a região onde o processo se encontrava.

No dia 02/10/2023, entrei em contato com professor regente, perguntando se ele tinha analisado os PDFs elaborados e enviados, para também participar da elaboração das atividades. Ele deveria dizer se estavam adequados com a ideia e com os temas escolares que seriam construídos – a ideia, como colocada, era a elaboração conjunta das atividades -, e quando seria

possível realizarmos a extensão em sala de aula; a resposta que obtive foi que estavam de acordo, porém sem respostas sobre o desenvolvimento das atividades de oficina extensionistas.

Mandei mensagem novamente para o professor regente, perguntando quando seria a data para que eu pudesse ir até a escola dar apoio/participar do evento. Surpreendentemente, o professor informou que já havia iniciado a extensão exatamente no dia 24/10/2023, nas duas turmas do 3º ano Médio, onde o próprio disse ter seguido os planos de oficinas/atividades que havia elaborado e enviado. A minha reação foi de inquietação e desapontamento, uma vez que gostaria de estar presente. Aliás, o ideal era que os encontros fossem realizados com a minha presença, uma vez que isso havia sido considerado desde o início. Como poderia avaliar o desenvolvimento e os primeiros resultados se não estava presente?

Depois, com calma, conversei com o professor, perguntei quando daria continuidade e conclusão das atividades; ele informou que seria dia 31/10/2023. Pedi então para que ele relatasse a primeira fase das atividades para que pudéssemos ter conhecimento do desenvolvimento de tudo e para que fosse possível acompanhar melhor o desenrolar dos acontecimentos. Marcamos então uma reunião em vídeo chamada, para que pudesse fazer questionamentos e ter registros sobre como foi o início da extensão, e como faríamos o próximo encontro. Durante a reunião ele contou como foram realizadas as atividades do dia 24/10/2023, nas suas 2 turmas do 3ºano do Ensino Médio.

3.1 RELATOS DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS: TEORIA E PRÁTICA

O professor regente enviou áudios explicando resumidamente suas ações. Disse que havia iniciado a aula-oficina seguindo o roteiro abordando o andamento do processo. O professor elaborou algumas questões planejadas como por exemplo, se os alunos conheciam a Constituição atual, relatando que a maioria não a conhecia. Surgiu então uma sugestão para que se sorteasse um exemplar para a turma. Além disso, o professor levou sua carteira de trabalho para que os alunos tivessem contato com esse documento, pois muitos também não conheciam. E a partir daí deu início a aula sobre o governo de Getúlio Vargas, já adiantando que alguns nunca tinham também ouvido falar.

Em um segundo momento, o professor utilizou-se da charge proposta no planejamento e umas páginas do processo digitalizadas que eu tinha enviado para ele. E, de acordo com o seu relato, foi narrando a história do processo, e elaborando questões orais sobre ele, e sobre o final das ações judiciais, quando se percebe que o agricultor não compareceu ao tribunal no dia do

juízo. A partir disso, segundo o professor, “*Eles (alunos) introduziram, e cada aluno falou sobre o salário, e as datas de como era o trabalho do agricultor e as leis*”.

Infelizmente, o relato do professor não expôs se havia adotado alguns procedimentos propostos, como a organização da sala de forma mais interativa (em círculo) – o que ficou evidente nos registros, em anexo, que isso não aconteceu; ou como a charge foi de fato trabalhada. Após esse relato sintético que o professor fez, percebi que muito da proposta não foi aproveitada nas aulas, e me pareceu que as aulas foram ministradas mais como “palestra”, embora tenha relatado algumas participações de alunos. A charge foi uma das linguagens principais proposta para a oficina, através dela deveria ter sido realizada a análise de seu texto e imagem junto aos estudantes. Essa linguagem foi escolhida pois é considerada como um texto verbal e não verbal tendo o intuito da crítica sobre determinado acontecimento do nosso cotidiano. Observando a crítica e interrogação presente no texto, sem contar a crítica que traz na imagem ao todo, conta resumidamente a história do processo trabalhado na oficina/extensão. Também não pude perceber se o professor trabalhou a história do trabalho a partir do Governo Vargas.

Após o seu relato, combinamos dia, local, horário de nosso encontro para que fosse possível acompanhar a finalização das atividades extensionistas. Fui prevenida de que teria uma redução do tempo devido outras atividades da escola. Combinamos então como seria essa última etapa. De início o professor regente iria me apresentar para ambas as turmas, em seguida falaria um pouco da experiência no NDH. Aí então daríamos continuidade às atividades a partir da retomada da leitura da charge apresentada na última aula, quando o professor iria fazer um fechamento, e por conclusão, pedir para que os alunos fizessem um pequeno texto dissertativo sobre o que foi falado e debatido durante as atividades. Isso foi o combinado, embora a proposta de fechamento na proposta/plano, fosse outra.

Infelizmente, não há transporte da minha cidade para Passe-Fica-RN. O trajeto de Cacimba de Dentro (minha cidade) passava por duas cidades Araruna e Tacima, por volta de 1h até o trajeto final, o trajeto até a escola não foi fácil, visto a longa trajetória e por não conhecer muito bem onde se localizava a escola. Por não ter transporte, optei por ir de moto com o meu companheiro. Essa decisão acabou retirando-o de suas eventuais atividades, como trabalho. Sairíamos de Cacimba de Dentro-PB às 8:00h para chegarmos na escola por volta das 9:15h. Não tive ajuda financeira da instituição seja na locomoção de transporte ou na alimentação.

Às 7:23h do dia 31/10, tive a ligação do professor regente informando que os horários das aulas do turno da manhã haviam sido trocados, pois dois professores ficaram doentes, ele

precisava subir o 4º e 5º horário, para o 2º e 3º horário. Com isso eu deveria sair imediatamente para Passe-Fica-RN, para conseguir chegar nas duas aulas. Ou seja, tivemos, entre tantos percalços, problemas tanto em relação ao tempo disponível para as atividades, quanto em relação ao imprevisto de horários combinados, o que interferiu em minha participação, e em parte, na finalização das atividades.

Consegui chegar na escola faltando 20 minutos para o final do horário das aulas; como o sinal já estava próximo de tocar, o professor regente fez um breve acolhimento me apresentando para a turma, e retornamos às atividades. Ele já havia explicado um pouco sobre o Núcleo (NDH) e já falava sobre processos, sua importância, sobre diversas formas de processos, prosseguindo para a conclusão das atividades propostas na extensão. Nesse percurso, discutia com os alunos as possibilidades do porquê o processo tinha sido arquivado, utilizando a imagem da charge no projetor. Por fim, foi solicitada, diferente do programado – mas o que foi possível -, uma atividade para que a turma produzisse um pequeno texto sobre as últimas aulas; infelizmente não tive acesso a esses textos.

Quando tive espaço, nessas mesmas aulas para perguntar sobre a charge, a CLT e a Constituição, infelizmente as respostas dos alunos não foram tão coerentes com as dos relatos do dia anterior dadas pelo professor regente; de fato ele apresentou tudo para as turmas, mas não houve o diálogo coerente e as perguntas que sugeridas como ficou planejado no plano de aula. Pelo que pude compreender foi que os assuntos foram debatidos de forma tradicionalista sem a interação da turma.

Depois que a aula terminou o professor regente me apresentou para o corpo discente da escola, e lanchamos juntos na cantina. Precisávamos comer e nos organizar para dar continuidade das atividades no turno da tarde, junto a outra sala. O professor então, nos deixou em um pequeno restaurante próximo a escola, onde ficamos até a hora para retornarmos à escola, às 13:00 h.

Quando retornamos para a escola, o professor nos apresentou o espaço escolar, inclusive a biblioteca, e em seguida fui apresentada para turma do 3º ano do Ensino Médio, e iniciamos a aula. Retomou-se então os principais pontos debatidos nas atividades anteriores. Para isso, foi utilizada a charge novamente, porém como o data show da escola estava indisponível, o professor a enviou para o de WhatsApp do grupo da turma, permitindo, nesse caso que eles usassem o celular nesse momento. Quando os alunos receberam a imagem da charge, perguntei o que chamava atenção na imagem e o que eles entenderam do texto presente na charge e como

poderia ter sido diferente o resultado do processo se o trabalhador tivesse aparecido na audiência, apesar do pouco tempo fiz por onde seguir o plano de aula.

Mais uma vez o professor se referiu ao desfecho do caso processual, e os alunos falaram o que achavam o que tinha acontecido com o agricultor, que se ausentou da última audiência, mesmo após ter ganhado a causa. Havia um aluno que estava estudando para o alistamento militar, e sua contribuição no debate foi muito proveitosa; ele tirou dúvidas sobre quais atitudes levam a um processo e quais são as etapas, o professor regente, respondeu às perguntas sucintamente pois ele tinha domínio do assunto, já que além de historiador, atualmente é 60% bacharelado em Direito. Após todo o debate, e pelo fato do compromisso da turma, a atividade do texto foi trocada para um mapa mental no quadro, onde a palavra processo trabalhista foi o núcleo, cada aluno escreveu uma palavra com ligação ao centro do quadro, as palavras foram: leis, juízes, direitos e deveres, cheque, fraudes em eleição e outras que não me recordo. Depois de todos escreverem e falarem das palavras que escreveram no quadro, registrei com fotos o momento e me despedi da turma. Como se pode perceber após esse relato, nem tudo o que foi planejado aconteceu, principalmente no que se refere a alguns objetivos e metodologia. As circunstâncias várias dificultaram a fluidez do processo, mas devo reconhecer o envolvimento do professor, e seu empenho para fazer dessas atividades uma oportunidade de aprendizado importante para todos/as.

4. ALGUNS RESULTADOS

Os resultados da extensão foram mais surpreendentes do que pude imaginar. Primeiro, em relação ao que os alunos conheciam sobre o tema. Por serem alunos do 3º ano Médio, achei que eles tinham conhecimento da Constituição e das leis trabalhistas e da carteira de trabalho, foi surpreendente saber que apenas dois alunos tinham conhecimento sobre isso, o que me fez perceber, logo de cara, a importância desse tema. Mas, mesmo com pouco conhecimento sobre o assunto, os alunos da turma da manhã, por exemplo, se fizeram muito presentes nos debates, após as explicações sobre as leis trabalhistas e a Constituição. Explanaram questões de seu cotidiano, sobre as irregularidades que eles observam nos trabalhos de seus conhecidos e até mesmo na prefeitura de sua cidade, onde trabalhadores não tinham seus direitos concedidos como férias, décimos, salário adequado entre outros casos, que infelizmente ainda é muito comum em nossa sociedade.

Ainda sobre esses relatos, durante o diálogo que tive com a turma da tarde, foram levantadas questões de contrato de trabalho e trabalhos irregulares de alguns pais que moravam

fora, e passavam 1 ano na empresa e depois eram mandados embora, e não tinham nenhum registro na Carteira de Trabalho. Tiveram casos também de próprios alunos, que trabalhavam meio período em comércios locais da cidade, e recebiam o valor entre R\$100 e R\$150 por mês. Trouxeram também realidades de pessoas que eles conheciam que recebiam da prefeitura, mas não faziam nenhum trabalho, casos de compras de votos que tinha acontecido recentemente na eleição dos conselheiros tutelares, e também usos de imagens sem autorizações. Para mim, essas falas já puderam gerar discussões interessantes, e representam já um pequeno resultado, na medida em que os estudantes passaram a questionar a situação trabalhista de sua região.

Outras conquistas foram alcançadas, como por exemplo, os estudantes terem feito questionamentos importantes em relação aos trabalhos irregulares que eles conheciam e até mesmo questões de dúvidas sobre comportamentos como uso imagens, e apesar de terem pouca familiaridade com a constituição e comigo, isso não impediu que eles tivessem compreensão do assunto e demonstraram isso na participação durante a aula trazendo também que de fato o passado não está tão distante do presente.

Além das questões trabalhistas, a partir de outras irregularidades citadas pelos alunos, surgiram outros focos de discussão, como os diversos tipos de processos. O que mais foi debatido pela turma e pelo professor regente, foi a questão do uso de imagens sem consentimento, outro assunto levantado também foi sobre o feminicídio, onde falamos o trágico caso da vítima Raissa, da cidade de Belém-PB. Embora esses assuntos não estivessem diretamente ligados ao tema original, foram importantes, pois ampliaram a ideia da importância dos direitos.

Não tive acesso aos textos elaborados pelos estudantes ao final das atividades, o que revela alguns problemas desse processo, como a distância física entre o local da extensão e a Universidade, e o tempo e possibilidade de encontros entre nós e o professor regente. Isso faz parte do processo, pois as estruturas são mesmo precárias.

Outra coisa interessante, foi que os alunos se interessaram em conhecer a UEPB. Campus-III, Guarabira-PB e o NDH. Esse interesse também representa um resultado interessante, na medida em que poderá aproximar a Universidade à comunidade onde está inserida, mesmo que, infelizmente essa visita não tenha sido possível. Por eles serem alunos (a) do 3º ano, e o mês seguinte, ser o último mês de aula, não foi possível o professor regente solicitar um transporte pela prefeitura para uma aula de campo com os alunos (a), na Universidade.

Como aluna extensionista, além de ensinar pude contribuir com aprendizados e aprender; ter ainda mais compreensão sobre a relação passado e presente, em que o passado está no presente, pois as relações de trabalhos que estudei dos anos Vargas e de 1980, para ter base para dialogar e fazer ponte com as relações de trabalho de hoje em dia revelaram muitas coisas que permanecem e que precisamos lutar para melhorar.

Dentro dos resultados e relatos acima afirmo que é possível apesar das dificuldades, ensinar diversos assuntos com arquivos de processo trabalhista como fonte histórica. Dentro da oficina/extensão foram levantados assuntos sociais envolvendo política, memória e direitos humanos, e que esse processo escolhido como fonte histórica para o ensino, mostrou como um documento pode revelar aproximação de vivências. Darlene Barros e Dulce Amélia em “Arquivo e Memória: Uma relação indissociável”, trazem a importância do estudo através de arquivos mostrando que é possível se reconhecer ou conhecer alguém com semelhanças vividas no arquivo encontrado.

Tem-se, pois, que o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Deste modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história de cultura e de memória pessoal e coletiva. (BARROS. 2009, p.58.)

De fato, o conhecimento se dá na construção social do indivíduo, questionar um documento muitas vezes pode ser um pequeno labirinto porque conforme as leituras são realizadas é possível perceber que a vida vivida a 70/50 anos atrás não é tão distante das de 20/30 anos atualmente. “Às vítimas de exclusão social tornam-se os depósitos do único discurso que representa uma alternativa radical as mentiras da sociedade constituída.” (GINZBURG. 1976, p.18). Se prender a um único discurso limita o conhecimento sobre outras histórias do passado.

5 CONSIDERAÇÕES

As atividades desenvolvidas na E.E.E.M. Deputado Djalma Eranha Marinho a partir do Projeto de Extensão vinculado ao NDH possibilitaram muitas coisas. Acredito que os objetivos principais foram alcançados, como despertar nos estudantes questionamentos sobre o seu próprio cotidiano e perceber o presente a partir do passado. O projeto com documentos jurídicos como fontes históricas contribuiu para os alunos (a) e para mim além do que o esperado, pelo

fato de sair do tradicionalismo do livro didático que infelizmente se torna o único material usado na sala de aula. Foi bastante estimulante trabalhar com legislações contextualizando-as em períodos históricos através dos processos, pois aguça o sentido crítico dos estudantes e possibilita a leitura de diferentes linguagens para além da escrita didática, como jornais, tirinhas, manchetes, processo judicial e charges, como foi a linguagem trabalhada neste projeto. A interação do aluno com o professor se torna mais espontânea e acaba desenvolvendo conhecimentos para ambos.

As ações extensionistas contribuíram com a escola, uma vez que foi possível desenvolver, mesmo que com limites, atividades alternativas para o ensino de história junto ao professor regente nessa instituição. Além disso, essas ações aproximaram a escola à Universidade, uma vez que se interessaram, inclusive, em visitar a UEPB. Como colocado anteriormente no início deste projeto, o professor regente era ex-aluno da Instituição, e no próprio despertou a vontade de se aproximar da Universidade, levando o projeto para as suas salas de aulas em Passe-Fica-RN.

Quanto ao desenvolvimento do projeto, pode-se perceber, ao longo desse relato, as muitas dificuldades que foram enfrentadas, o que dificultou o desenvolvimento de algumas propostas metodológicas colocadas no próprio plano apresentado, porém, foi satisfatório, na medida em que aprendemos muito. Infelizmente a empolgação do professor não foi tão satisfatória no preparo dos planos de aulas, pois o próprio não participou efetivamente da elaboração do planejamento didático, devido também às circunstâncias de trabalho e de comunicação. Indicou o período histórico que seria trabalhado, mas não disponibilizou o livro didático, livros sobre o governo Vargas e a interação dos alunos com a disciplina de história.

Na verdade, por questões várias e circunstanciais, a etapa da construção da proposta poderia ter sido mais produtiva, uma vez que infelizmente, não tive a oportunidade de aprender com o professor, por exemplo, fazer os planos de atividades, desde os “esqueletos”, pois o nosso contato não era constante, dificultando a discussão de como organizar e elaborar as questões a serem trabalhadas no projeto; tive mais ajuda nos planos de aulas com as aulas de Estágio Supervisionado II em História, com a experiência do estágio elaborei melhor os planos de aulas. Por outro lado, ele abriu um espaço de trabalho importante para a comunicação, o aprendizado e a construção de uma proposta didática que, mesmo com essas contingências, fez a diferença.

Ao desenvolver este trabalho eu e minha orientadora/coordenadora do projeto de Extensão, percebemos muitos pontos faltantes a serem trabalhados entre o extensionista, professor regente e a coordenação do Projeto, como por exemplo, um maior esforço para a

comunicação entre as partes; ou debates mais amplos e constantes sobre as metodologias de ensino, entre outros. Isso aconteceu, mas os esforços precisam ser mais produtivos.

Desenvolver trabalhos para a sala de aula com processos trabalhistas não é fácil, principalmente pela escrita jurídica, sem a presença de alguém que explique a linguagem jurídica presente no processo. Por exemplo, eu não sabia os significados de reclamante, reclamada, da sigla CLT, ou onde um processo se inicia e onde se conclui dentro dos autos, que são o conjunto de documentação nada familiar para nós estudantes de História e nem para os professores.

Ainda bem que tive a oportunidade de buscar ajuda. Como não pode retirar o processo do Núcleo, fiz anotações de tudo o que eu não compreendia e pedi ajuda para minha irmã bacharelada em direito, para que ela pudesse me ensinar a ler um auto completo e esclarecer minhas dúvidas. A partir disso, pude compreender melhor como planejar a apresentação de um plano de aula para o professor regente e para a coordenadora do projeto.

Concluo este trabalho com muita alegria e gratidão no coração, por ter sido extensionista do NDH através do ensino de história com os processos trabalhistas como fontes históricas, e por levar meu relatório até a conclusão do meu curso, pois presenciei as dificuldades que o professor (a) enfrenta ao tocar em certos assuntos dentro da sala de aula, e os desafios que acontecem no cotidiano das aulas e do desenvolvimento das oficinas.

Ser historiadora é saber questionar tudo o que se é possível, esses questionamentos nos levam a perceber que os fatos se ligam entre épocas e anos, cabe ao historiador ser pesquisador também e aprender sobre diversos assuntos, principalmente se for um educador. João Batista Gonçalves Bueno, em seu artigo: *Tessituras que produzem conhecimentos para a área de Ensino de História:*

Memórias, Sensibilidades e Decolonialidade”, discute a multidisciplinaridade de assuntos a serem trabalhados dentro da sala de aula com alunos do Ensino Básico e a importância de reconhecer que o passado está no presente principalmente no cotidiano. “Possibilitando, assim, o tecer da trama histórica na qual reconhecemos a existência de fios que ligam o passado e o presente.” (BUENO, 2022, p.113).

A história não é simples de ser compreendida, pular fases da vida escolar acaba distorcendo vários momentos a serem vividos no aprendizado escolar e no cotidiano. Durante o desenvolvimento da extensão/oficina dentro da sala de aula tive a oportunidade de estar com duas turmas concluintes e empolgadas para a formatura do ensino médio, retornar para essas turmas me fez lembrar da minha turma e de que apesar das dificuldades enfrentadas por causa

da pandemia do covid-19 consegui concluir o ensino médio, e agora neste trabalho recorro com mais emoção de tudo que enfrentei para conclusão do curso.

REFERÊNCIAS.

- ANDRADE, Fernando César B. ; MOITA, Filomena Na. G.S. Cordeiro. **O Saber de mão em mão: a oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e a construção do conhecimento na escola Pública.** UEPB. 2006.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In BARCA, Isabel, org. — **Para uma Educação Histórica com Qualidade: Atas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica.** Braga: CIED/ Universidade do Minho; Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho, p. 131-144. (2006).
- BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável.** Transformação, v. 21, n. 1, p. 55-61, Campinas 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernanda. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** 2.ed. p. 333, Cortez São Paulo 2005-2008.
- BUENO, João Batista Gonçalves. **Tessituras que produzem conhecimentos para a área de Ensino de História: Memória, Sensibilidade e Decolonidade.** His. R., Goiânia, V 27, n 2, p, 113. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 ag. 2023. Art.7 e Art.23.
- CANDAU, Vera. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré (org.). **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos.** João Pessoa: JB Ed., 1999. p. 13-25.
- FARGE, Arlette. Tradução Fátima Mural. **Sabor do Arquivo.** ed. EDUSP. 2009.
- GINZBURG, Carlos. Tradutor: Amoroso, Maria Betânia. **O Queijo e os Vermes.**

Vermes. São Paulo: Companhia de Bolso. 2006.

Gomes, Ângela de Castro. *O Populismo e as ciências sociais no Brasil.* Tempo, Rio de Janeiro, Vol.1, n 2, 1996.

SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Capítulo 6 Ação Trabalhista. 8.ed. São Paulo: Método, 2008.

ANEXOS

1-PLANO DAS ATIVIDADES

Projeto: A Interdisciplinaridade Das Ciências Humanas No Ensino Médio: as Possibilidades de Uso do Acervo Do NDH-UEPB para o Desenvolvimentos dos Itinerários Formativos - BNCC do EM. NDH (Núcleo de Documentação Histórica) Campus-III Guarabira UEPB.

Para a compreensão da proposta de atividades, é necessário perceber do que se tratava o processo escolhido como fonte.

Sobre o processo:

Texto apresentado no plano de aula para o professor regente.

O Reclamante: o Agricultor.

A Reclamada: Agican - Agroindústria Dorcamaratuba em Rio Tinto -PB

Localização do Processo: O reclamante (Agricultor) é natural da cidade de Montanhas-RN. Talvez por questão de amizade ou por familiaridade, o reclamante deu entrada no processo na Comarca de Nova Cruz-RN, porém à agroindústria é da cidade de Rio Tinto-PB. Sendo assim o reclamante passou seu processo para a Comarca de Mamanguape-PB. Passando seu caso legalmente onde deu entrada através do Direito do trabalho em Nova Cruz-RN, para um advogado paraibano.

Descrição: de acordo com os autos, o reclamante ingressou nos serviços da reclamada no início do mês de abril de 1985, sem registro na CTPS, para trabalhar em serviços gerais na agricultura, recebendo em média o salário de R\$ 120.000 cruzeiros por semana. Salário inferior ao da

Convenção Coletiva de Trabalho¹ que era de R\$152.831 cruzeiros, igualmente por semana. O reclamante trabalhava seis dias por semana, inclusive nos feriados e dias santificados (feriados religiosos), sem receber em dobro, como rezava a Convenção.

A reclamada reiteradamente descumpriu as cláusulas concedentes a comprovante de pagamento e equipamentos de proteção, transporte, água potável e assinatura da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social).

Assim, o reclamante reivindicava: pagamento de aviso prévio, férias promocionais, décimo terceiro salário promocional, indenização por tempo de serviço, súmula 148 do TST, pagamento em dobro dos dias feriados e santificados trabalhados, integração destes no salário, registro na CTPS, diferença salarial em todo período trabalhado, pagamento a multa, entre outros, todos da Convenção Coletiva de Trabalho. , para todos os efeitos legais juros e correções monetárias tudo a ser apurado em liquidação de sentença. As verbas controversas deverão ser pagas na primeira audiência sob pena de pagamento em dobro posteriormente.

Em 1987 foi inicializado na Comarca de Mamanguape, chegando ao veredicto final em 22/03/1988. Onde o processo foi arquivado pelo fato do reclamante não comparecer na audiência desta primeira junta em Guarabira-PB. A custa pelo reclamante na importância de R\$388 calculado sobre R\$5000 cruzeiros dispensados face o permissivo legal.

Planejamento das aulas-oficina.

Tema: As leis trabalhistas em sua perspectiva histórica e sua importância para trabalhadores e trabalhadoras

Fonte geradora/norteadora: Processo Trabalhista (Autos findos) de 1987 que apresenta um conjunto documental sobre processo de um trabalhador rural contra seu patrão na região de Guarabira.

Recorte Histórico: Era Vargas/Anos 1980 – Contemporaneidade: partindo da contemporaneidade analisar a questão trabalhista no Governo Vargas e na década de 1980, anterior à Constituição de 1988, a partir de questionamentos da realidade dos alunos.

Objetivos:

¹ São regras específicas de cada categoria estabelecidas através de acordos entre os sindicatos de cada categoria com sindicatos patronais. Essas regras são complementares à CLT, mesmo antes da Constituição de 1988. CLT: Consolidação das Leis do Trabalho. Foi criada pelo Decreto-lei N°5.452 de 1° de maio de 1943. Sancionada pelo presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo. A CLT juntamente com os artigos da constituinte estão presentes nos direitos e deveres do (a) trabalhador (a).

Geral: Novas formas de aprender e ensinar história: documento como fonte e metodológica para o ensino de História

- Perceber a importância de conhecer a história do trabalho, provocando reflexões acerca da classe trabalhadora e suas condições históricas de trabalho, lutas e direitos.
- Entender que o passado está no presente: mudanças e continuidades partir da Era Vargas
- Aproximar realidade do aluno com o tema estudado.
- Compreender sobre diversos tipos de trabalho.
- Desenvolver habilidade de crítica/questionadora e criativa.

Metodologia: Oficina Pedagógica ou aula-Oficina

Materiais usados: Documentos : CLT , Carteira de Trabalho e processo trabalhista – Autos Findus TRT 13; imagens como charge.

Desenvolvimento da proposta:

Iniciar a aula colocando as carteiras da sala em círculo ou posição circular para uma maior interação entre e com os alunos.

Elaborar questões que captem os conhecimentos prévios dos estudantes e que instiguem a compreensão da proposta como: se os alunos trabalhavam ou se conheciam alguém que trabalha, e como era esse trabalho. A partir dessas indagações, se eles sabiam da existência de leis trabalhistas e se sim, onde encontrá-las.

Perguntar aos alunos se eles sabem ou já viram uma carteira ou um contrato de trabalho: apresentar um livro da CLT, a Constituinte, um contrato e uma carteira de trabalho.

Colocar as respostas ditas pelos alunos no quadro e incentivar os alunos a perceberem as diferentes respostas.

A partir daí, apresentar uma história do trabalho a partir das leis trabalhistas desde o Governo Vargas, destacando a importância dos trabalhadores, um pouco de seu cotidiano, e seus direitos, com o objetivo que percebam as mudanças e permanências das condições históricas da classe trabalhadora. Nesse momento, destacar as possibilidades de lutas por direitos, a partir por exemplo, de processos trabalhistas.

Como recurso didático, apresentar o conteúdo dos autos referentes ao processo do agricultor que reivindicava seus direitos desrespeitados por uma empresa da região dos estudantes.

A partir daí a Charge como linguagem metodológica para perceberem a postura do patrão e a condição dos empregados.

Durante todo esse percurso, a principal estratégia metodológica deve ser o ouvir os alunos e permitir que elaborem seu próprio aprendizado/compreensão sobre o tema, principalmente no que se refere à sua realidade.

Ao final dessa primeira fase, propor como atividade, que os alunos escrevam no quadro um mapa mental: O mapa mental tem como o objetivo fazer que o aluno participe da aula e fale sobre a palavra que escreveu no quadro e a ligação que ela tem com a palavra chave. (explicar melhor)

Segunda etapa: retomar o processo que cita a Convenção Coletiva de trabalho, e perguntar aos alunos se eles conhecem ou já viram falar do sindicato dos trabalhadores rurais:

Explicar um pouco sobre o trabalho do sindicato rural e a localidade na cidade que habitam.

Perguntar aos alunos se eles já viram um processo ou se conhecem alguém que já deu entrada em um processo ou se já foi processado:

Retomar a charge para discutir sobre o processo que vem sendo trabalhado nas aulas anteriores.



Imagem utilizada para edição www.fernandaprofessorageografia.blogspot Acesso em 20jul. 2013. Adaptado.

Sugestão de atividade final:

Júri Simulado.

Organização de atividade:

1º Grupo 6 pessoas: 1 agricultor, 1 advogado do agricultor, 1 pessoa representando a indústria, 1 advogado para indústria, 1 juiz/Juíza e 1 ajudante.

Outros 2 grupos: formados como testemunhas e júri.

No primeiro momento o primeiro grupo se posiciona ao centro da sala de aulas, os dois outros grupos, como ouvintes/plateia do julgamento, devem ficar posicionados cada um de um lado da sala.

O texto base para o julgamento e o porquê da audiência será o texto presente na charge e os debates nas aulas anteriores.

É evidente destacar que o resultado do júri simulado não precisa ser idêntico ao do processo da agroindústria e do caseiro/agricultor da fazenda.

Após a finalização do júri, conversar com os alunos o que eles acharam da experiência e se as atividades propostas tinham relações claras com o ensino de história.

- 1- Registros das aulas-oficina. E.E.E.M. Deputado Djalma Eranha MarinhoPasse-Fica-RN. Imagens autorizadas pelo professor regente e alunos (a) das duas turmas.**



